

Coluna do Castello

Caos tributário na Constituinte

A comissão que trata da tributação e do sistema de discriminação de rendas na Constituinte, presidida pelo deputado Francisco Dorneles e tendo como relator o deputado José Serra, está às voltas com problemas que indicam o descontrole das reivindicações e a falta de coordenação política das representações partidárias.



As vinculações orçamentárias pleiteadas por grupos regionais, profissionais ou ligados a pleitos de classes ou de serviços somam mais de 150% do total dos tributos que poderiam ser arrecadados pelo país. A Constituição, se tivesse de atender as propostas que lhe são apresentadas, deixaria a União totalmente carente de recursos, partindo de um déficit brutal para se organizar e comendar o sistema federal de governo.

Além dos abusos das vinculações, há grupos de pressão, como o chamado grupo municipalista, que reivindicam sem qualquer noção de realidade cotas da receita pública para atender sua clientela. Dados disponíveis em nível técnico indicam que os pequenos municípios sofrem de excesso de arrecadação e de total carência de programas para investimentos desses recursos. O resultado é que o dinheiro é distribuído segundo os critérios da política de clientela quando não ficam ao alcance da avidez de vereadores, prefeitos e outras autoridades locais.

Os indicadores econômicos falam também do crescimento das cotas de recursos destinados aos Estados. No último ano, por exemplo, o Estado de São Paulo teve sua receita acrescida, em termos reais, isto é, excluída a inflação, de 40%. Parte desses recursos fica à mercê das reivindicações atendidas de funcionários públicos, e o Estado tem de ter uma administração bastante rígida para impedir que o restante seja desperdiçado em obras não planejadas ou que atendam a pressões clientelísticas. Em outros Estados, embora em escala menor, a receita real deve ter igualmente crescido, sem que em consequência haja indícios de melhoria da situação financeira dos Estados, antes pelo contrário.

O que se ouve hoje, por toda parte, é a ladainha da miséria, enxugados os cofres públicos pela voracidade dos marajás — que se espalham pelos três poderes — e pelo recrudescimento do clientelismo político. As nomeações feitas ao longo dos anos de governo militar pelos políticos que se beneficiavam das benesses do regime e da falta de controles democráticos criaram situações irremediáveis para diversos Estados, que se tornaram financeiramente ingovernáveis. Houve um carnaval de distribuição das rendas estaduais, e os governadores que chegaram ao poder em 1985, salvo honrosas exceções, não tiveram outro recurso senão pôr a boca no mundo para denunciar o assalto aos cofres públicos feito pela politcalha da sucessão de governadores biônicos.

O desgaste do sentimento cívico e de responsabilidade dentro do serviço público produz seus efeitos também no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Os deputados e senadores constituintes não abrem mão de estabelecer na Constituição, sem qualquer limitação, seu poder de iniciativa e de emenda em matéria financeira. Isso representaria a introdução de um princípio anárquico em matéria de despesa pública a qual proliferaria independentemente da geração de recursos e de programação. O Executivo submergiria sob uma avalanche de proposições que tornariam uma peça inaproveitável o Orçamento da República.

O Poder Judiciário também dá sua contribuição a essa espécie de assalto ao erário, pois os tribunais reivindicam autonomia financeira e poder de elaborar seus próprios orçamentos. A experiência tem indicado que o teoricamente mais austero dos poderes se veja preservado da política de favoritismo e irresponsabilidade que campeia por toda parte.

Esses e outros problemas estão atormentando os representantes mais responsáveis com assento na comissão de tributação. Eles ali trabalham sem orientação ou assistência dos seus líderes. E o presidente Ulysses Guimarães, que está ciente do problema, hesita em comparecer à comissão para dar um depoimento que poderia lhe criar dificuldades na coordenação geral dos trabalhos da assembléia que preside.

Essa irresponsabilidade generalizada, que oferece generosos sintomas na referida comissão, conjuga-se com a mentalidade de uma esquerda ideológica formada na década de 60 a qual se distanciou dos movimentos de modernização do Estado levados a efeito na Europa e aqui perto, até mesmo na Argentina, onde uma elite mais bem formada, ainda às voltas com uma crise de origem militar, se mostra muito mais competente para equacionar os problemas econômicos do Estado e propor soluções racionais, que se afastam dos preconceitos estreitamente nacionalistas e estatizantes que dominaram o Brasil pós-Juscelino e sobrevivem hoje como uma idéia-força dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

Carlos Castello Branco